

## Discurso do secretário-geral da FNE no encerramento do XI Congresso Nacional

No encerramento do XI Congresso Nacional da FNE, quero começar por agradecer a confiança que me foi renovada para continuar a desempenhar as funções de secretário-geral.

A equipa que convidei para me acompanhar neste mandato é praticamente a mesma do mandato anterior e agradeço-lhe a disponibilidade para me acompanharem para mais este período, como agradeço a confiança que o Congresso nos manifestou a todos nós. Podem estar todos certos de que continuaremos a garantir as condições de funcionamento democrático da nossa Federação, no pleno respeito pela diversidade de opiniões, na promoção da participação de todos os sindicatos nos processos de definição das decisões.


Às Colegas e aos Colegas que a partir de hoje cessam as suas funções nos órgãos da FNE quero agradecer a sua participação ao longo do mandato que hoje terminou. Estou certo de que, nos vossos sindicatos, a vossa ação sindical vai continuar com igual força e empenhamento.

O Congresso foi, como não podia deixar de ser, fortemente participado. Inúmeras intervenções ajudaram a definir as orientações da nossa ação para os próximos anos. Tivemos opiniões diferentes, expressamo-las com clareza, e, respeitando-nos todos uns aos outros, decidimos democraticamente em relação ao futuro.


O nosso Congresso foi emitido on line ao longo destes dois dias. Mais uma vez fomos inovadores na nossa ação sindical; mais uma vez deixámos uma marca de diferença na forma de fazer intervenção político-sindical.

Saímos daqui animados pela força das intervenções que aqui foram transmitidas; saímos daqui mais fortes, porque as nossas convicções e os nossos valores foram reafirmados ao longo de todo o Congresso. Saímos daqui mais conscientes, porque os contributos que aqui foram apresentados foram muito relevantes para nos ajudarem na nossa ação reivindicativa futura. Saímos daqui com o compromisso que o plano de ação e a moção de estratégia aqui aprovados constituem.

Como referi na sessão de abertura, temos a plena consciência de que a pluralidade democrática e o sindicalismo democrático só são hoje possíveis porque há 40 anos atrás, se fez o 25 de abril. Esta é para nós uma data fundadora, e não perdemos esta oportunidade para a saudar. O 25 de abril, na sua ação libertadora, e nos conceitos e nos valores que nos legou, continua a ser o nosso referencial de ação sindical e política.



Ao longo destes 40 anos, o percurso não foi fácil nem claro. Foram múltiplos os obstáculos, as tentativas de desvio, as tentativas de instrumentalização. Mas o que nos satisfaz é que o que saiu vencedor foi a liberdade e a democracia.



No início desta gesta e durante 20 anos, os nomes de Manuela Teixeira e Luís de Melo são inseparáveis de conquistas estratégicas e essenciais para a valorização e dignificação dos Trabalhadores da Educação. Para eles, neste congresso e neste momento, e na sua presença, a nossa sincera homenagem.

O que nós não podemos perder no futuro são a liberdade e a democracia tão arduamente conquistadas no tempo da ditadura e nos anos de consolidação democrática. E para este combate todos estaremos na primeira linha, por muitas ilusões com que muitos agentes e muitos discursos aliciantes nos queiram confundir.

**A FNE vai continuar a constituir a âncora de esperança dos trabalhadores da Educação em Portugal, pela sua determinação em preservar a liberdade, a democracia, a solidariedade, pela consistência das suas propostas, pela força das suas lutas.**



**Caras e Caros Convidados,**

Neste momento, é com muito gosto e muita honra que saúdo todos os convidados nacionais e internacionais que nos acompanham nesta sessão de encerramento do nosso Congresso, sendo muitos amigos e representantes de instituições com que temos tido o privilégio de contactar no quadro da nossa ação político-sindical. Agradecemos a vossa disponibilidade para nos acompanharem neste momento e sentimo-nos claramente dignificados pela vossa presença.

Desde logo, e em primeiro lugar, aos Senhores Deputados aqui presentes, queremos exprimir a nossa saudação pela ação que desenvolvem no Parlamento, em representação dos portugueses, isto é, em nossa representação. Muitas vezes e das mais variadas formas nos temos dirigido a V.Exas. para vos darmos conta das nossas preocupações, das nossas ações, dos nossos objetivos. Faremos chegar os resultados deste Congresso ao Parlamento e estamos certos de que não deixareis de os ter em linha de conta para a análise que vierem a fazer sobre os problemas, as dificuldades e as soluções de que a Educação em Portugal precisa.

**Colegas,**

Tivemos a honra e o privilégio de ter entre nós, neste nosso Congresso, não só a representação da totalidade das organizações sindicais da lusofonia, como ainda a mais alta representação da Estrutura europeia da Internacional da Educação, e também os nossos Companheiros do sindicalismo democrático da Alemanha, da Espanha e da França. Foi simbólico o convite que



dirigimos a estes nossos Companheiros. Em primeiro lugar, porque a nossa ligação ao movimento sindical internacional foi uma clara opção, desde o primeiro momento, na consciência de que a solidariedade internacional era essencial para a sustentabilidade da opção democrática que fazíamos em termos sindicais. Em segundo lugar, porque a comunidade dos países da língua portuguesa, incipiente ainda, é certo, e particularmente em domínios significativos, constitui uma realidade muito específica que precisa de ser consolidada. Aliás, em termos sindicais, ainda vivemos hoje os primeiros passos do que deve vir a constituir uma força sindical solidária de primeira linha.

A este propósito, quero saudar especialmente a próxima Cimeira da CPLP, que se vai realizar em junho em Dili, em Timor-leste. Esperamos que se desenvolva a aproximação da CPLP-SE à CPLP e que o setor da Educação possa assumir uma maior intervenção na consolidação dos especiais laços que unem nações da lusofonia.

Também quero aproveitar esta oportunidade para dirigir uma saudação muito especial ao nosso amigo Martin Romer, aqui em representação da Internacional da Educação e da sua estrutura europeia, o CSEE.


A FNE tem sido sempre uma participante interveniente nas ações desenvolvidas por estas estruturas sindicais. Estivemos em todos os Congresso da Internacional da Educação, desde a sua fundação, e em vários dos seus comités de ação política, e o mesmo aconteceu em relação ao CSEE.

Sempre apoiámos o CSEE na constituição do Comité do Diálogo Social Europeu da Educação e participámos, quer nas ações que visaram a sua constituição, quer na sua atividade atual. Esta é uma dimensão fundamental do sindicalismo dos nossos dias a que nos não cansamos de dar apoio.


Sublinhamos também o esforço que tem sido realizado, com apoio da Comissão Europeia, para o desenvolvimento de inúmeros projetos, nomeadamente sobre a igualdade de género, sobre a violência em contexto escolar, sobre o stress e as doenças profissionais, sobre a intervenção internacional no combate à crise, sobre as lideranças pedagógicas. Ganhamos sempre com a nossa participação nestas ações e por isso não deixaremos de nelas continuar a participar, no quadro que as condições económicas e financeiras o permitirem.

### **Colegas,**

Quero nesta oportunidade dirigir uma saudação muito especial ao Secretário-geral da UGT. Desde há um ano que exerce estas funções e temo-nos revisto na sua liderança, ao lado da



nossa vice secretária geral Lucinda Manuela Dâmaso, que é, como sabemos, a Presidente da UGT. Ambos têm sabido fazer uma interpretação correta e ajustada do que são as orientações que no momento presente melhor contribuem para a representação dos Trabalhadores portugueses.



Quero ainda, nesta oportunidade, exprimir a nossa admiração e o nosso reconhecimento pela ação do anterior secretário-geral, João Proença, que com muito prazer acolhemos hoje neste Congresso. Ele desempenhou as suas funções com uma noção muito clara das responsabilidades que lhe cabiam, no contexto em que as exerceu, em nome de uma ação sindical responsável. Ele esteve sempre presente nos congressos da FNE e ma vez mais, cabe aqui com toda a justiça exprimir o nosso agradecimento pelo esforço e pelo trabalho que realizou.

Mas estas reflexões só significam o nosso profundo empenhamento no reforço da central sindical democrática de que conscientemente fazemos parte. O Congresso deliberou, no quadro do seu plano de ação para o quadriénio, continuar o uma intervenção participada na UGT, promovendo o seu fortalecimento.

A UGT sabe que pode contar com a FNE e os seus sindicatos membros – muitos deles aqui presentes e que saudamos com muita amizade - sabem que contam com a solidariedade da FNE, particularmente nas decisões difíceis que tenham a ver com a defesa dos trabalhadores, não apenas sob qualquer perspetiva mais imediatista mas certamente mais visível mediaticamente, mas particularmente quando as decisões são difíceis de entender. O papel da UGT nos nossos tempos continua a ser determinante para a paz social. A razoabilidade da sua intervenção, a consistência das suas opções, mas sobretudo a sua unidade interna são fundamentais.

Saúdo também com um abraço solidário as delegações de outros sindicatos aqui representados, e com quem temos tido a oportunidade de trabalhar articuladamente em ações organizadas conjuntamente ou em convergência. No respeito pela identidade de cada um, temos sabido, em momento difíceis, encontrar os espaços de convergência que os direitos dos Trabalhadores que representamos nos exigem. Foi assim no passado e será assim no futuro. Para vós, a nossa saudação.

Quero aqui também saudar as delegações das Confederações de Pais, com quem temos dialogado na busca da convergência das nossas ações, em nome de uma educação de qualidade para todos. Com a CONFAP temos trilhado um intenso percurso de trabalho conjunto, que teve já especial tradução na I e na II Convenção Nacionais que realizámos em 2013 e em 2014, estando já prevista a realização de uma III edição, em 2015.

Os efeitos do diálogo entre docentes e pais e encarregados de educação são para nós estimulantes e esperamos que promovam melhores soluções para o futuro.

### **Caras e caros Convidados, Caras e Caros Colegas,**

Quero agora referir-me a outras Entidades aqui representadas e que são nossos parceiros de negociação, agradecendo a sua presença e destacando particularmente a AEEP e a CNIS, importantes entidades representativas das iniciativas privada e social, em termos de oferta educativa no nosso país.

Temos realizado um percurso longo de trabalho, umas vezes em desacordo, outras vezes em acordo, mas sempre com a manifestação frontal e leal das posições de cada uma das partes.

Nem sempre os contextos têm sido favoráveis a acordos, mas sempre entendemos que mais vale um acordo do que uma dura contenda. Os esforços que temos realizado têm conduzido a boas soluções, às vezes incompreendidas por muita gente, mas creio que o balanço final é claramente positivo, em termos sociais. O desafio que aqui quero deixar para os próximos tempos é o de continuarmos a valorizar a negociação coletiva e a definição de regras laborais, no quadro de instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho.

### **Colegas,**


É também aqui devida uma menção às Autarquias de Matosinhos e de Ponta Delgada, aqui representadas e cuja presença saudamos.

Quero renovar os nossos agradecimentos à Câmara Municipal de Matosinhos, pelo apoio que recebemos para a concretização deste Congresso.


A estes Autarcas aqui presentes, neles exprimir a nossa saudação ao Poder Local e à sua importância para a consolidação da democracia.

O Poder Local dá vitalidade a uma democracia participada; o Poder Local aproxima os portugueses dos centros de decisão e das próprias decisões; O Poder Local encontra soluções adaptadas às realidades e às necessidades das pessoas em concreto.

É por isso que, também na área da Educação, se torna imprescindível encontrar o lugar de decisão articulada das Escolas e dos Municípios. As primeiras, na pluralidade dos seus atores essenciais, os alunos, os professores, os trabalhadores não docentes, os pais e as famílias; Os segundos, no seu papel de representação dos interesses locais; ambos, Escolas e Municípios, em diálogo com os representantes dos interesses económicos.



É aqui que a proposta da FNE vai no sentido de harmonizar o que deve ser o espaço de autonomia das escolas, com o espaço decisional coletivo que deve passar pela transformação do conselho municipal de educação, corrigindo-lhe a composição e as competências, dotando-o de poderes próprios.



Nesta matéria, **defendemos a alteração do regime de transferência de competências para as autarquias na área da Educação, e estamos disponíveis para contribuir para a solução que venha a ser encontrada e que integre a exigência de clarificação da distribuição de competências que devem pertencer ao Município e de competências que devem pertencer às Escolas, com respeito por aquilo que é a autonomia profissional dos docentes, pela racionalização de gestão de recursos humanos, pela agilização de procedimentos para garantir uma escola de qualidade com equidade.** Sobre esta matéria, a FNE desenvolverá ações de debate e coloca-se na primeira linha ao lado de todos quantos sobre esta matéria queiram procurar encontrar soluções consistentes e duradouras.


#### **Colegas,**

40 anos depois de abril, 40 anos passados sobre conquistas importantes para os trabalhadores portugueses em geral, para a Educação e para os seus trabalhadores, há hoje sobressaltos sobre a garantia de que as conquistas obtidas em todo este tempo possam estar em causa.


Portugal começa hoje, dia 18 de maio, um tempo em que formalmente deixa de vigorar o Programa de Assistência Financeira, subscrito em 2011 pelo Governo português com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia.

Foi um programa que na sua aplicação se revelou cego e injusto. Abateu-se de uma forma excessiva, injustificada e incompreensível sobre os trabalhadores, e particularmente os da administração pública, e sobre os pensionistas e aposentados, como se eles fossem os responsáveis pela crise económica e financeira. **Não foram os trabalhadores no ativo ou os aposentados e reformados que criaram a crise e financeira! Mas são os trabalhadores as suas únicas vítimas.**

Os portugueses, no ativo e aposentados, viveram dramaticamente estes três anos de ajustamento: o desemprego assumiu proporções que nunca tínhamos imaginado; o drama da emigração aos milhares e forçada voltou a afetar a generalidade das famílias portuguesas, por falta de resposta no nosso país; os jovens não encontram emprego e a nossa sociedade está angustiada com a dimensão do número de jovens que já não estão a estudar e que não encontram emprego; dois milhões de portugueses estão no limiar da pobreza; a incerteza do posto de trabalho amedronta muitas e muitos portugueses; os salários e as pensões diminuíram nominalmente e foram congelados; as progressões em carreira foram congeladas.



Milhões de portugueses acordam cada dia com o sobressalto da incerteza, da insegurança e do medo.



O programa de ajustamento tinha uma orientação: cortar. O MEC fê-lo, muitas vezes cegamente, sem critério e sem consistência. A Educação foi afetada com o triplo dos cortes que o memorando inicialmente previa.

A reorganização da rede escolar foi feita muitas vezes ao arrepio do exigido e essencial diálogo com os Municípios e com as Famílias envolvidas. Passou a haver escolas de 2.º e 3.º ciclos com centenas e centenas de alunos, onde a gestão pedagógica intermédia está claramente prejudicada.

A redução de pessoal nas instituições de ensino foi outra das consequências das medidas tomadas. Ao todo, foram dispensados milhares de professores contratados. Ao mesmo tempo, sobrecarregaram-se os professores com tarefas burocráticas, dispensáveis e sem efeitos sobre a qualidade do sistema educativo. Aumentou-se o número de alunos por professor, sem consideração por critérios de qualidade educacional.

Desrespeitou-se o direito à vinculação de milhares de docentes sucessivamente contratados

De fora do memorando tinha ficado o Ensino Superior, mas nem por isso o Governo lhe conferiu imunidade. Em três anos, as universidades e politécnicos perderam 260 milhões, o que afetou a gestão dos orçamentos internos, retirando-lhes autonomia, capacidade de contratação e renovação de pessoal.


No momento em que o Programa de Ajustamento termina, **não aceitamos que novas austeridades venham somar-se às que vivemos até hoje**. Vamos sentir no futuro os efeitos nocivos das medidas erradas, na sua oportunidade e no seu conteúdo, com que fomos confrontados ao longo destes anos, e com especiais consequências no setor da educação.

O que mais choca é o caráter tantas vezes avulso e inconsequente de muitas medidas que vão sendo adotadas; choca a ausência de disponibilidade para o diálogo e para a construção concertada de soluções. Choca a verificação de que as medidas determinadas reduzem a oferta educativa pública; reduzem a sua qualidade; fragilizam a educação pública.

#### **Colegas Delegadas e Delegados,**

Saímos daqui deste congresso com uma confiança renovada no poder da intervenção da ação sindical, mas também com a consciência de que a nossa ação não se tem ajustado, como

devia, nem a novas realidades da organização da sociedade, nem a novas formas de organização do mercado de trabalho.



Seria errado pensar que as fórmulas de intervenção sindical do passado têm de constituir a receita milagrosa para combater a dificuldade em manter os associados, em fazer novos associados, em fazer com que o sindicalismo constitua a âncora de esperança de que os trabalhadores precisam.

As nossas organizações têm de proceder a ajustamentos.

Temos de saber trabalhar mais e melhor de uma forma concertada, beneficiando dos ganhos das sinergias que se geram pela nossa capacidade de agirmos conjuntamente e com eficiência, portanto sem os desperdícios que decorrem de todos estarmos a fazer o mesmo ao mesmo tempo, desperdiçando energias e recursos.

Temos de saber integrar os segmentos laborais que mais dificilmente temos atingido, como os precários – seja no setor público, seja no setor privado -, como os jovens qualificados à procura de primeiro emprego ou já com experiência de emprego e desemprego e que vivem as dificuldades e as angústias de uma perda acelerada de direitos e de estatuto social. Temos de envolver mais mulheres nos centros de decisão dos nossos sindicatos e da nossa Federação.

Temos de saber rentabilizar e pôr ao nosso serviço as novas tecnologias da comunicação e da informação. Temos de usar estrategicamente as redes sociais.


Temos de combater as tentativas de menorização e até de falta de reconhecimento dos sindicatos e dos dirigentes sindicais. E por isso temos de ser exigentes também em relação à forma como o Estado encara a intervenção sindical na sociedade, exigindo-lhe medidas que vão no sentido da sua valorização e da sua dignificação.

**O sindicalismo em que temos de continuar a apostar é o que, tendo consciência das dificuldades de sucesso para a intervenção sindical, se posiciona flexivelmente na contestação e na participação, é o que se afirma pela sua independência e pelo protagonismo claro que assume na defesa dos Trabalhadores que representa.**

**Colegas,**

O nosso Congresso determinou que a nossa ação sindical exija o direito a vivermos com dignidade, a ver reconhecidos os direitos dos trabalhadores, a combater as injustiças e as iniquidades, a garantir as dimensões sociais do Estado.





Nunca desistimos da nossa matriz que é a de uma sociedade onde todos têm direito a uma vida digna, onde não há excluídos, onde o Estado não esquece os mais frágeis, onde a Educação para todos e para o sucesso de todos é mais do que um lema para ser uma ação construída no dia a dia.

**Defendemos claramente o modelo social europeu e por isso rejeitamos políticas de austeridade que minam a humanização das relações laborais, a justiça social e a coesão da sociedade e que desresponsabilizam o Estado em relação à promoção de uma Sociedade mais culta e mais justa.**

Por isso, nestes três anos, a nossa palavra mais forte foi a da exigência de outras políticas, de políticas de crescimento, de desenvolvimento e de emprego. Sabíamos que a austeridade só geraria austeridade. Deste modo, fizemos marchas, manifestações e greves. Não nos calámos.

Os governos talvez preferissem ter em nós os que criticam mas consentem, os que aguentam, aguentam, seja qual for a receita.

Não é assim, não foi assim, e não será assim.

Preferimos o diálogo, o consenso e a concertação, mas exigimos ser respeitados. Não virámos as costas a formas pesadas de contestação e luta. Como não virámos as costas a celebrar acordos que fossem favoráveis aos que representamos.

A negociação e o diálogo não podem ser meros rituais ou exercícios de faz de conta. Para se ter parceiros, é preciso reconhecer e acolher as propostas apresentadas, os contributos sugeridos, é preciso valorizar as soluções e os problemas em debate. Uma solução de negociação é sempre de compromisso. E é esta que nós preferimos. É esta que nós desejamos. É para esta que estamos disponíveis.


A dignidade do trabalho e o exercício dos direitos que lhe estão associados são intransponíveis e nós estivemos, estamos e estaremos na primeira linha da sua defesa e da sua conquista.

O nosso caderno de encargos foi aqui assumido com ambição, responsabilidade e clareza, ao votarmos a moção de estratégia e o plano de ação sindical.

Vamos usar toda a nossa capacidade de intervenção e vamos procurar os aliados que conosco queiram fazer construir o objetivo de que as políticas educativas estruturais sejam construídas no quadro de amplos consensos e que tenham durabilidade. Basta de instabilidade normativa!



Vamos ter no nosso horizonte de ação a valorização e a dignificação das carreiras dos que representamos.



Não vamos esquecer de reivindicar com toda a nossa militância o reconhecimento do direito a um tempo de aposentação vivido com dignidade e que respeite a vida profissional desenvolvida e os compromissos que o Estado assumiu com cada um ou cada uma quando recebe as respetivas contribuições para a Segurança Social.

Vamos continuar a lutar contra a precariedade, exigindo, no mínimo, o cumprimento da lei em termos de vinculação de qualquer trabalhador que reúna três contratações anuais sucessivas.

Vamos lutar para garantir o reconhecimento do especial desgaste que a atividade no setor impõe e ainda a redefinição das doenças profissionais.


Rejeitamos o crescimento injustificado do tempo de trabalho.

Rejeitamos o crescimento de burocracias inúteis que diminuem o tempo de trabalho dos educadores e professores com e por causa dos seus alunos.


Não desistimos de uma revisão das ofertas curriculares e educativas que promovam o direito de todos – jovens e adultos -ao sucesso educativo com equidade.

Reivindicamos que a autonomia das escolas e dos seus profissionais seja uma realidade efetivamente construída, mais do que apenas anunciada; reivindicamos que os processos de descentralização respeitem e envolvam os profissionais envolvidos; não aceitamos que a descentralização se possa reduzir a um processo de desresponsabilização do Estado na sua obrigação de garantir um serviço de educação e formação, pelo que qualquer descentralização tem de integrar transferência de recursos que a permitam operacionalizar.

Consideramos imprescindível acabar com a confusão que se tem estabelecido sobre a composição da componente letiva e da componente não letiva. É essencial, em termos de organização do tempo de trabalho, a clarificação destes conceitos, quer pela especial consideração que o tempo de trabalho direto com os alunos deve merecer, quer pelo impacto que esta distinção provoca na determinação do que o Ministério continua a querer fazer crer como sendo docentes sem componente letiva. Os nossos alunos e as respostas educativas de que eles precisam exigem recursos humanos ajustados à garantia de uma escola que promove o sucesso de todos. E isto significa que os recursos que hoje estão na educação não só são os necessários como insuficientes para a promoção de uma escola de qualidade para todos e com equidade.



Consideramos inadiável a determinação de medidas que definam os conteúdos funcionais específicos dos Técnicos Superiores, os Assistentes Técnicos e os Assistentes Operacionais que trabalham na Educação no setor público.



É fundamental a valorização dos Trabalhadores de Apoio Educativo do setor público, do setor privado e do setor social.

É imprescindível que estes Trabalhadores vejam reconhecido e concretizado o direito à formação contínua.

É preciso que se respeitem condições efectivas de ensino da língua e cultura portuguesas.

Colegas

**Todos pela Educação** foi o lema que escolhemos para este Congresso. E o título acrescenta ainda que, neste momento, nesta data, nesta oportunidade, o desafio da sociedade portuguesa é saber superar a crise e promover uma educação universal de qualidade e com equidade.

Fazemos esta afirmação com toda a veemência, porque entendemos que o valor da Educação não só é essencial para a garantia de uma sociedade justa e equilibrada, como tem de constituir um trabalho coletivo de concertação e de respeito entre todos os atores, em nome das crianças e dos jovens.

Porque entendemos que o esforço nacional pela educação tem de mobilizar toda a sociedade, tem de assentar na concertação, na durabilidade das políticas.

Não será de certeza só o resultado da ação dos professores; nem será o resultado apenas da ação dos governos; nem será o resultado apenas das iniciativas privadas.

Temos de ser capazes de trabalhar, todos, respeitando a diversidade de opiniões, com espírito de abertura, disponíveis para a negociação, para a definição de políticas educativas estáveis, consistentes, duradouras.

Viva o Sindicalismo Democrático

Viva a FNE

Viva a FNE